



"Construindo pontes ..."

Conselho Geral



Agrupamento de Escolas de Gondifelos

Reunião de Conselho Geral

Ata nº 8

----- Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, pelas dezoito horas e trinta minutos, reuniu o Conselho Geral na sala de reuniões da sede de Agrupamento de Escolas de Gondifelos, sob a presidência de Maria da Conceição Barros Pereira e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto um – Informações; -----

----- Ponto dois - Aprovação do Relatório Final de Execução do Plano Anual de Atividades 2017/2018; -----

----- Ponto três - Aprovação do Plano Anual de Atividades 2018/2019; -----

----- Ponto quatro - Linhas orientadoras para a elaboração do Orçamento; -----

----- Ponto cinco - Linhas orientadoras para a Ação Social Escolar; -----

----- Ponto seis - Ajustamentos do regulamento interno; -----

----- Ponto sete - Outros assuntos. -----

----- Estiveram presentes todos os elementos, à exceção da representante do pessoal não docente, Jacinta Cunha; dos representantes da Associação de Pais/ Encarregados de Educação, Telma Silva, Pedro Ferreira e Maria Patrícia Silva; do representante da Associação Fértil, Rui Leitão e da Marjomotex, Mónica Silva. De referir que a representante do Clube do Aluno, Ana Rita Carneiro esteve representada pela vice-presidente do Clube do Aluno, Margarida Fonseca. -----

----- No período antes da ordem do dia, a Presidente do Conselho Geral, Conceição Pereira, conferiu posse aos novos elementos do Conselho Geral, José Manuel Costa, representante do pessoal docente em substituição de Vítor Martins que ficou colocado noutra escola e Isabel Silva, representante do pessoal não docente, em substituição de Hermínia Gonçalves que devido a motivos familiares solicitou a renúncia do cargo. Seguidamente foi lida a ata número sete, referente à reunião de dezoito de julho de dois mil e dezoito, e aprovada por unanimidade dos presentes na mesma e abstenção dos restantes. Ainda neste período, a Presidente, Conceição Pereira, propôs a alteração no que respeita à troca de funções entre as duas secretárias, devido à pouca disponibilidade de Mónica Afonso, para as funções de primeira secretária, nomeadamente no apoio à preparação das reuniões e depois à elaboração das atas. Frisou que esta proposta tinha a concordância das duas secretárias, pelo que Deolinda Henriques passaria a exercer o



"Construindo pontes ..."

Conselho Geral



Agrupamento de Escolas de Gondifelos

papel de primeira secretária e Mónica Afonso o de segunda secretária, tendo os elementos presentes do Conselho Geral aprovado por unanimidade esta alteração. -----

----- Relativamente ao ponto um da ordem de trabalhos, a Presidente do Conselho Geral, Conceição Pereira, informou que na Festa dos Quadros de Honra, no dia dezasseis de novembro, representou oficialmente este Conselho. A cerimónia premeia os alunos que obtiveram resultados de excelência e também atitudes meritórias de empenho, solidariedade e de participação ativa na comunidade escolar. -----

----- A Presidente transmitiu aos Conselheiros que a avaliação do desempenho do Diretor efetuada na última reunião deste Conselho seguiu os trâmites exigidos tendo sido enviada para o Conselho de Coordenação de Avaliação dos Diretores. A decisão sobre avaliação do desempenho do Diretor, apesar de deferida a proposta de classificação apresentada pelo Conselho Geral de Excelente, correspondeu apenas à menção qualitativa de Muito Bom, na sequência da aplicação dos percentis de menções qualitativas de excelência. O Diretor, Jones Maciel, pediu a palavra para primeiramente agradecer a confiança que o Conselho Geral depositou ao atribuir-lhe a avaliação de Excelente. Vincou que dedica muito empenho e esforço em prol da escola, para que esta alcance os seus objetivos e tenha uma projeção de reconhecida qualidade na comunidade e no meio envolvente. Contudo, a sua avaliação não depende só de si, mas de outros fatores, nomeadamente da avaliação externa da escola que apesar de ter obtido duas classificações de Muito Bom em "Prestação do Serviço Educativo" e "Liderança e Gestão Escolar" e apenas uma de Bom em "Resultados", assim, como os pontos fortes se sobrepõem claramente às áreas de melhoria, a aplicação de percentis que a tutela impõe resultou na avaliação final de Muito Bom. Mencionou que a situação o deixou triste e por comparação com o trabalho realizado por outros diretores, sem falta de modéstia, não se revê num parâmetro abaixo e considera que não lhe faltaram as características para a menção de Excelente. No entanto, não se sente desmotivado pois tem consciência de que o seu trabalho fala por si e o Conselho Geral o reconhece, pelo que continuará a desenvolver as suas funções com o mesmo afinco. Acrescentou, ainda, que acaba por ser um exemplo para outros que se dedicam e evidenciam excelente desempenho, relativamente ao pessoal docente e não docente, na medida em que não podemos todos obter a nota máxima, pois estamos sujeitos a quotas e a regras que a lei determina. -----

----- Dando continuidade à reunião, a Presidente do Conselho Geral, referiu que está em fase de discussão, a proposta do novo Projeto Educativo. Iniciou-se o processo de consulta



"Construindo pontes ..."

Conselho Geral



Agrupamento de Escolas de Gondifelos

da comunidade sobre a definição do novo Projeto Educativo pelo que apelou aos Conselheiros para que se debruçassem e analisassem o documento. Informou também que até ao dia vinte e três de janeiro poderiam enviar os contributos de forma a valorizar este documento orientador das linhas de ação da escola. O documento de trabalho ficará disponível na página de internet do Agrupamento e os contributos da sua análise devem ser enviados para projetoeducativo@aegondifelos.pt. -----

----- O Diretor, Jones Maciel, acrescentou que tanto o Projeto Educativo como o Regulamento Interno são documentos estruturantes e o Conselho Geral sendo um órgão de decisão deve analisar, bem como debater o referido documento e as novas propostas que eventualmente sejam apresentadas. -----

----- Quanto à Revista do Plano Anual de Atividades 2017-18, a Presidente do Conselho Geral, Conceição Pereira, referiu que reflete a memória do muito e bom trabalho desenvolvido no âmbito do domínio de complemento e enriquecimento curricular. Salientou que as atividades evidenciadas representam a dinâmica não só neste domínio e na promoção do conhecimento, como também no desenvolvimento integral do aluno. A Direção deu, assim, continuidade à publicação da revista que compila a avaliação das atividades realizadas. O Diretor, Jones Maciel, relativamente à revista considerou que cada memória é uma fonte de inspiração para o futuro e que esta seleção de atividades ficará disponível na biblioteca da escola e também na página da internet. Destacou que a revista prova o bom trabalho que se desenvolve fora da sala de aula. -----

----- A Presidente do Conselho Geral, Conceição Pereira, convidou os Conselheiros a participarem na inauguração do parque infantil do recreio do 1º ciclo da escola sede de Gondifelos, estando agendado este evento para o dia um de dezembro, pelas dez horas e trinta minutos, com a presença do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Dr. Paulo Cunha. Este projeto foi iniciado pelos alunos, através do "orçamento participativo" de dois mil e dezassete e depois adotado pela Associação de Pais de Gondifelos, que o conduziu à concretização, com a colaboração de alguns pais e reunindo financiamento com atividades realizadas e junto de empresas e da Câmara Municipal. Sublinhou que era um projeto já há muito ambicionado e felicitou todos os que abraçaram esta iniciativa. De destacar o trabalho colaborativo que se observou, onde se conjugaram esforços para concretizar o desejo e uma necessidade dos nossos alunos, ou seja, um espaço lúdico e atrativo para os seus tempos livres de recreio. O Diretor, Jones Maciel, fez notar que a escola sede do Agrupamento de Gondifelos era a que



"Construindo pontes ..."

Conselho Geral



Agrupamento de Escolas de Gondifelos

comparativamente com as restantes escolas do 1.º ciclo do território educativo não tinha um espaço exterior apropriado e que respondesse às necessidades dos alunos desta faixa etária. No projeto inicial da escola o recreio com estruturas lúdicas não foi equacionado para o primeiro ciclo, contudo sempre foi uma reivindicação dos pais e dos alunos que este espaço exterior fosse remodelado e melhorado, quer em condições de segurança, quer a nível de apetrechamento apropriado para o recreio escolar. Graças ao orçamento participativo, um grupo de alunos apresentou o projeto para melhorar o parque infantil do recreio, proposta vencedora, tendo o prémio, de quinhentos euros do Ministério mais quinhentos euros da Câmara Municipal, sido investido como ponto de partida desta iniciativa. Posteriormente deu-se continuidade com a colaboração da Associação de Pais de Gondifelos que fizeram contactos no sentido de angariar fundos, da Junta e da Autarquia, que assegurou, esta última, mais de cinquenta por cento deste esforço financeiro tendo conduzido este projeto a bom porto. -----

----- No ponto número dois da ordem de trabalho, competência prevista na alínea f) do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho: "Apreciar os relatórios periódicos e aprovar o relatório final de execução do plano anual de atividades", foi apresentado o Relatório Final de Execução do Plano Anual de Atividades 2017/2018. Note-se que, previamente à reunião, a Presidente constituiu uma comissão de trabalho para análise dos documentos a ser alvo de discussão neste Conselho, da qual fizeram parte a Presidente, a representante do pessoal não docente, Goreti Gonçalves, a representante dos Pais/Encarregados de Educação, Angélica Rocha e as representantes do pessoal docente, Lúcia Meira e Deolinda Henriques. Sobre o referido Relatório, a Comissão destacou o facto de, à semelhança dos anos anteriores, o terceiro período continuou a apresentar um elevado número de atividades. Constatou-se que as atividades de sensibilização e formação foram as mais frequentes e que se promoveu uma grande articulação das atividades. -----

----- A representante do pessoal docente, Lúcia Meira, foi de opinião que no primeiro ciclo são propostas demasiadas atividades e que se devem filtrar as que se consideram mais relevantes. Lembrou que no projeto de intervenção do Diretor faz-se referência à avalanche de propostas de atividades que é apontada, na análise SWOT, como uma ameaça, pelo que se teria de ser mais seletivo na definição das mesmas. Afirmou, também, que os alunos desta faixa etária ainda são pouco autónomos, necessitando de um apoio mais constante do professor titular, comparativamente com os alunos do segundo e terceiro



"Construindo pontes ..."

Conselho Geral



Agrupamento de Escolas de Gondifelos

ciclos. Também colocou a questão se não se está a sacrificar demasiado as famílias financeiramente e a comprometer o tempo para a consolidação dos conteúdos dos programas a lecionar. Esta opinião foi corroborada pela representante do pessoal docente, Augusta Pinto. O Diretor, Jones Maciel, salientou que as atividades são propostas pelos grupos disciplinares e pelos departamentos para inserir no Plano Anual de Atividades no início do ano letivo, cabendo aos mesmos a sua definição e seleção, tendo em conta prioridades e os objetivos do Projeto Educativo. Sublinhou que estas atividades são um complemento do que se faz em sala de aula, mas no primeiro ciclo são de enriquecimento curricular dentro do próprio currículo, sendo ferramentas que os próprios professores podem utilizar para promover a articulação e a motivação dos alunos. São também uma mais-valia para o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem. Considerou que os promotores devem ponderar a relevância das mesmas e fazer opções que considerem mais vantajosas antes de as sugerirem para o Plano Anual de Atividades, pois uma vez propostas devem honrar os compromissos assumidos. Deixou um agradecimento a toda a comunidade pela dinâmica evidenciada no Agrupamento que reflete o bom trabalho que aqui se desenvolve. -----

----- Colocado à votação, após várias considerações, o Relatório Final de Execução do Plano Anual de Atividades 2017/2018 foi aprovado por unanimidade. -----

----- No que concerne ao ponto número três da ordem de trabalhos, o Plano Anual de Atividades 2018-2019, competência prevista na alínea e) do artigo 13º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho: "Aprovar os planos anual e plurianual de atividades", em nome da comissão de trabalho referida no ponto dois, que analisou também este documento, a Presidente, Conceição Pereira, recomendou uma especial atenção ao número de atividades a desenvolver no terceiro período, dado ser este ano letivo um período muito curto e decisivo, no qual os alunos devem estar mais focados na atividade curricular. Para além deste facto solicitou particular atenção para que efetivamente a participação dos alunos nas atividades seja contemplada nos critérios de avaliação das disciplinas que as promovem, de acordo com os objetivos e competências a desenvolver nos alunos envolvidos. Evidenciou que o Plano Anual de Atividades 2018-2019 a implementar é muito diversificado e enriquecedor abrangendo as áreas do saber, ser e fazer. Envolve vários promotores e a articulação entre estes, e todas as atividades vão de encontro à formação integral do aluno,



"Construindo pontes ..."

Conselho Geral



Agrupamento de Escolas de Gondifelos

correspondendo também à necessidade atual, da evolução tecnológica e científica que ocorre a um ritmo vertiginoso. -----

----- Colocado à votação, após algumas considerações, o Plano Anual de Atividades 2017-2018 foi aprovado por maioria, com uma abstenção. -----

----- No ponto número quatro, as linhas orientadoras para a elaboração do orçamento foram aprovadas por unanimidade dos presentes, após propostas de alteração da Comissão de trabalho referenciada no ponto dois da ordem de trabalhos, tendo por base as linhas orientadoras do ano letivo anterior. O representante da autarquia, Marco Magalhães, a propósito questionou o Diretor sobre a verba destinada às visitas de estudo, se esta era retirada do orçamento de estado ou do orçamento privativo, de dotação com compensação em receita, tendo o Diretor, Jones Maciel, esclarecido que a verba advém do orçamento de estado. -----

----- As linhas orientadoras para a elaboração do orçamento aprovadas, são as seguintes: -----

- As propostas do orçamento a apresentar superiormente terão por base critérios de economia, eficácia e eficiência, através de medidas de combate ao desperdício e de poupança de energia com vista ao desenvolvimento sustentável e de preservação do meio ambiente; -----
- Garantir que se criem as condições para o cumprimento das atividades curriculares e do Plano Anual de Atividades; -----
- Apoiar uma visita de estudo, dinamizada pelo Agrupamento, através do orçamento de estado, com limite de € 2,5 por aluno; -----
- Apostar na aquisição, conservação, renovação e modernização de equipamentos de forma a rentabilizar os recursos existentes; -----
- Reforçar o investimento em materiais pedagógicos e didáticos de forma a facilitar a implementação de metodologias diversificadas que conduzam à formação integral do aluno; -----
- Continuar a implementar trabalhos de reparação e de restauro, das instalações da escola;
- Garantir o aquecimento da escola na sua globalidade / intervenção na caixilharia; -----
- Promover e rentabilizar a utilização das instalações pela comunidade; -----
- Apoiar e incentivar a concretização do plano de formação do pessoal docente e não docente; -----



"Construindo pontes ..."

Conselho Geral



Agrupamento de Escolas de Gondifelos

- Prever a possibilidade de estabelecer e captar novos projetos e parcerias que contribuam para a melhoria das condições da Escola; -----
- A elaboração do orçamento deverá envolver os contributos, na projeção das receitas/despesas, dos diversos atores com funções de coordenação das diferentes atividades; -----
- As informações sobre o processo de elaboração e aprovação do documento do orçamento final deverão estar acessíveis a todos os membros da comunidade educativa de forma compreensível. -----

----- No cumprimento do quinto ponto da ordem de trabalhos, foram aprovadas, por unanimidade, as linhas orientadoras do planeamento e execução, pelo Diretor, das atividades no domínio da ação social escolar, a seguir indicadas: -----

1. APOIOS ALIMENTARES -----

- a) Assegurar uma alimentação equilibrada e adequada às necessidades da população escolar; -----
- b) Zelar pelo cumprimento dos princípios dietéticos de qualidade e variedade a que devem obedecer as refeições servidas no(s) refeitório(s) escolar(es), em conformidade com a legislação em vigor; -----
- c) Incentivar o desenvolvimento de atividades escolares que promovam, com a participação ativa dos alunos, uma cultura de hábitos alimentares saudáveis; -----
- d) Garantir a afixação antecipada das ementas em locais de fácil acesso aos alunos, encarregados de educação, professores, assistentes técnicos e assistentes operacionais e/ou publicação das mesmas no site do AE; -----
- e) Assegurar o fornecimento, diário e gratuito, do leite escolar e de outros alimentos nutritivos a todas as crianças e alunos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico; -----
- f) Continuar a distribuir gratuitamente um copo de leite diário aos alunos do 2.º e do 3.º ciclos; -----
- g) Promover o consumo de fruta, leite e seus derivados, junto dos alunos; -----
- h) Aplicar critérios para a seleção de produtos a comercializar nos bufetes e praticar um regime de preços adequado, tendo em vista a promoção e adoção de hábitos alimentares saudáveis; -----
- i) Garantir a todos os alunos o acesso diário às refeições escolares, mesmo que não tenham atividades num dos turnos, assegurando as condições de -----



"Construindo pontes ..."

Conselho Geral



Agrupamento de Escolas de Gondifelos

gratuidade/comparticipação àqueles que, pela sua condição socioeconómica, tenham direito a apoio alimentar; -----

j) Fornecer um suplemento alimentar aos alunos do 2.º e 3.º CEB com menores recursos económicos, mediante a utilização das verbas decorrentes de lucros de gestão dos serviços do bufete escolar; -----

k) Despistar situações de carências económicas ou de alteração do rendimento familiar e incrementar um plano de acompanhamento das mesmas, recorrendo, quando necessário, à intervenção da escola. -----

2. AUXÍLIOS ECONÓMICOS -----

2.1. Refeições Escolares -----

a) Assegurar aos alunos posicionados no escalão B que frequentem os 2.º e 3.º CEB, o acesso, em condições de participação em 50%, às refeições fornecidas pelo Agrupamento; -----

b) Garantir aos restantes alunos do ensino básico o acesso às refeições fornecidas nos estabelecimentos de educação e ensino ao preço estipulado na legislação em vigor; --

c) Comunicar aos encarregados de educação, via diretor de turma, as refeições marcadas e não consumidas pelo seu educando; -----

2.2 Manuais e Materiais Escolares -----

a) Proporcionar a cedência de manuais e materiais escolares de aquisição obrigatória às crianças e aos alunos pertencentes a famílias carenciadas, dando cumprimento às participações previstas na legislação em vigor; -----

b) Criar e gerir a bolsa de manuais escolares de acordo com a legislação em vigor; -----

c) O ministério da educação fornece a título de empréstimo, os manuais escolares aos alunos do 1.º e 2.º ciclo, -----

d) A autarquia fornece a título de empréstimo, os manuais escolares das disciplinas base aos alunos do 7.º ano de escolaridade; -----

e) A autarquia fornece, a título gratuito, as fichas de trabalho dos manuais escolares aos alunos do 1.º ciclo. -----

2.3. Atividades de Complemento Curricular -----

Assegurar a participação em atividades de complemento curricular a crianças e alunos pertencentes a famílias carenciadas integradas em escalões, como por exemplo visitas de estudo programadas no âmbito das atividades curriculares. -----

2.4. Ações Complementares -----



"Construindo pontes ..."

Conselho Geral



Agrupamento de Escolas de Gondifelos

Aplicar parte dos eventuais lucros de gestão dos serviços de bufete e da papelaria escolar, bem como donativos ao abrigo da lei do mecenato, nas seguintes medidas; ---

a) Aquisição de livros e de Software para renovação e atualização da biblioteca escolar / centro de recursos; -----

b) Aquisição de materiais didático-pedagógicos para o desenvolvimento de atividades no âmbito das ciências experimentais.-----

2.5. Alunos com medidas seletivas e/ou adicionais -----

a) Assegurar a comparticipação da responsabilidade do município (1.ºCEB) ou do Ministério da Educação (2.º e 3.º CEB) às crianças e aos alunos com medidas seletivas e/ou adicionais; -----

b) Disponibilizar os recursos e materiais necessários e apropriados às crianças e aos alunos com medidas seletivas e/ou adicionais, com graves dificuldades de aprendizagem e de caráter permanente, a fim de promover a sua plena integração escolar.-----

3. TRANSPORTE ESCOLAR -----

Facultar a utilização comparticipada dos transportes públicos coletivos, nos termos definidos pela lei, aos alunos para os quais a escola não seja acessível a pé a partir das suas residências, nos termos definidos pela lei. -----

4. PREVENÇÃO E SEGURANÇA -----

a) Assegurar as medidas adequadas no campo da segurança e prevenção de acidentes nas atividades escolares previstas na legislação em vigor; -----

b) Diligenciar no sentido de ser garantida a cobertura dos danos resultantes de acidentes escolares, de acordo com a legislação em vigor. -----

5. APOIO ÀS FAMÍLIAS -----

Sinalizar agregados familiares com elevadas carências socioeconómicas, bem como os que apresentem disfuncionalidade familiar que possam colocar em perigo os superiores interesses das crianças e dos alunos, junto das entidades com competências adequadas no âmbito da ação social e proteção, tendo em vista o desenvolvimento de um plano estratégico conjunto de acompanhamento das mesmas. -----

No enquadramento do ponto seis, ajustamento ao regulamento interno, competência prevista na alínea d) do artigo 13º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho: "Aprovar o Regulamento Interno do Agrupamento de Escolas ou Escola não Agrupada", a Presidente do Conselho Geral, Conceição Pereira, referiu que por lapso não foi incluída na versão do Regulamento



"Construindo pontes ..."

Conselho Geral



Agrupamento de Escolas de Gondifelos

Interno, discutida e aprovada em julho deste ano, um artigo introduzido já no Regulamento Interno anterior, em novembro de dois mil e dezasseis e na sequência de recomendações da Inspeção, pelo que propôs a aprovação de uma retificação a este documento. Assim, propôs-se acrescentar o seguinte artigo:-----

O presente Regulamento Interno é complementado pelas regras e orientações definidas no Projeto Curricular de Escola, nomeadamente a nível de: -----

- a)- Linhas mestras do PCE; -----
- b)- Desenhos da estrutura curricular; -----
- c)- Competências gerais, transversais e essenciais; -----
- d)- O processo de avaliação; -----
- e)- Orientação escolar / profissional; -----
- f)-- Orientações para a constituição de turmas; -----
- g)- Orientações para a construção de horários; -----
- h)- Orientações para a distribuição do serviço letivo; -----
- i) -- Orientações para a estrutura a adotar nos Planos de Turma. -----

----- O artigo em questão seria o artigo 136.º, sendo renumerados os seguintes. Esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

----- No que concerne ao ponto sete, outros assuntos, a Presidente do Conselho Geral, Conceição Pereira, agradeceu a todos pela presença e pelos contributos efetuados e reiterou o convite para que os Conselheiros participassem na inauguração do parque infantil do recreio do 1.º ciclo da escola sede de Gondifelos, agendada para sábado, feriado, dia da Restauração da Independência de Portugal. -----

----- Em conformidade com o ponto 7 do artigo 31.º do Regimento Interno, as deliberações tomadas neste Conselho Geral foram aprovadas, através da minuta de ata, que foi lida e aprovada por unanimidade. -----

----- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada por Maria da Conceição Barros Pereira que a presidiu e por mim Deolinda Henriques que a secretariou. -----

A Presidente do Conselho Geral

(Maria da Conceição Barros Pereira)

A Secretária,

(Maria Deolinda Henriques)